

Sumário

1. Acordo de Não Persecução: Breve Contexto Histórico	1
2. Acordos de não persecução cível no Brasil	13
3. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB: incentivo aos acordos de não persecução	23
4. A Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013	27
5. A Reforma da Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 14.230/2021	37
6. Acordos pré-judiciais e no transcurso de processos	43
7. Acordo de Não Persecução Cível na Improbidade Administrativa.	55
8. Natureza Jurídica das sanções decorrentes dos atos de improbidade administrativa	59
9. Os Pressupostos à Celebração do Acordo de Não Persecução Cível (ANPC)	65
10. Das Sanções Aplicáveis	73
10.1 Da Independência das instâncias e as sanções de proibição de contratar com a Administração e a perda da função pública	76
10.2 Da Reparação Integral do Dano	82

10.3 Da vedação do <i>bis in idem</i> na relação entre Direito Penal e o Direito Administrativo Sancionador: o acordo de persecução cível nesta perspectiva	85
11. Da Legitimidade para o Acordo de Não Persecução Cível (ANPC)	91
12. A Função do Poder Judiciário nos Acordos de Não Persecução Civil (ANPC)	95
13. Considerações Finais	99